

(x) Graduação () Pós-Graduação

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:
ESTUDO DE CASO NA CIDADE DO RECIFE - PE**

Deivson Lucas Fonseca de Santana
Universidade Federal Rural de Pernambuco
deivson.adm@gmail.com

Renan Silva Ferreira
Universidade Federal de Pernambuco
profrenanferreira@gmail.com

RESUMO

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) constituem a agenda global adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para promover o desenvolvimento sustentável em todo o mundo até 2030, abordando de forma equilibrada e integrada questões como pobreza, educação, igualdade de gênero, saúde e meio ambiente. Ao explorarmos como os ODS estão sendo implementados em nível municipal na cidade do Recife, é possível compreender de forma mais aprofundada como as políticas públicas locais contribuem para superar os desafios específicos de desenvolvimento sustentável enfrentados pela comunidade. Diante disto, o objetivo desta pesquisa é de identificar como as políticas públicas municipais delineadas no Plano Plurianual (PPA) do exercício 2022-2025 da cidade do Recife, contribuem para a implementação dos ODS. Para tanto, foi adotada uma abordagem metodológica exploratória, utilizando-se de procedimentos que envolvem a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. No decorrer da pesquisa observou-se que os programas e ações contidos no PPA estão alinhados com a agenda da ONU, indicando o compromisso com questões cruciais que são foco da agenda. Portanto, a correspondência entre os ODS e as ações propostas no PPA reflete o compromisso do governo municipal com o desenvolvimento sustentável e um futuro mais inclusivo e justo para os seus municípios.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Gestão Pública Municipal; Desenvolvimento Sustentável.

1 INTRODUÇÃO

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são metas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) que surgem como um conjunto de metas e indicadores com o propósito de enfrentar questões cruciais que afetam a humanidade, como a pobreza, a desigualdade, a degradação ambiental e a promoção do bem-estar social. A incorporação dos ODS na administração pública é uma tendência crescente, pois as instituições governamentais desempenham um papel crucial na promoção da sustentabilidade e na realização dessas metas, dada sua influência na formulação e implementação de políticas que afetam diretamente a qualidade de vida dos cidadãos.

A presente pesquisa surge diante da relevância crescente dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no cenário global e de sua influência na formulação e execução de políticas públicas municipais. Diante deste contexto, a cidade do Recife, como uma área urbana complexa e diversificada, torna-se um campo de estudo ideal para explorar como os ODS estão sendo incorporados no planejamento estratégico municipal.

A análise das práticas do Recife pode oferecer aprendizados valiosos para outras cidades que também buscam alinhar seus esforços ao desenvolvimento sustentável. A compreensão dos mecanismos de incorporação dos ODS nas políticas públicas municipais pode aprimorar a eficácia e eficiência dessas políticas, resultando em benefícios tangíveis para a população local e contribuindo para a realização dos ODS a nível global. Dessa forma, entende-se que é de extrema relevância o estudo do presente trabalho em razão dos benefícios que são gerados tanto para a sociedade quanto para os diversos atores envolvidos na gestão pública e no planejamento estratégico.

Assim, apresenta-se a seguinte pergunta norteadora dessa pesquisa: Como as políticas públicas municipais delineadas no Plano Plurianual (PPA) do exercício 2022-2025 da cidade do Recife, contribuem para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)?

Visando responder ao problema proposto, esta pesquisa tem por objetivo geral compreender de que maneira as políticas públicas municipais, descritas no Plano Plurianual (PPA) 2022-2025 da cidade do Recife, estão colaborando para a efetivação dos ODS em âmbito municipal. Os seus objetivos específicos são:

- a) Compreender a importância da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no plano de governo dos municípios;

- b) Descrever o papel do PPA para a criação de políticas públicas municipais;
- c) Identificar as Políticas Públicas elaboradas a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável inseridos no PPA da cidade do Recife, Pernambuco.

Parte-se da hipótese de que para a construção do Plano Plurianual (PPA) 2022-2025 da cidade do Recife, foram levados em consideração os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que integram a Agenda 2030 da ONU, como um importante instrumento nos processos de planejamento e formulação de políticas públicas municipais visando contribuir para o avanço da sustentabilidade e para a promoção do bem-estar socioeconômico na cidade do Recife. Tendo-se em vista que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável representam temas que são de suma importância para os municípios, sendo a figura do governo, nos níveis federal, estadual e municipal, o principal responsável pelas atividades de acompanhamento e avaliação do progresso da implementação e sucesso de tais objetivos.

A metodologia adotada nesta pesquisa é de caráter exploratório, buscando investigar e compreender a incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na administração pública municipal, com um foco específico no estudo de caso da cidade do Recife, Pernambuco. Para alcançar os objetivos propostos, foram empregados procedimentos que incluem a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para Gutierrez (2014, p. 1-2) o conceito de desenvolvimento sustentável é amplo e por isso é torna-se de difícil definição, pois comumente ele é utilizado para representar diferentes perspectivas em campos variados. Adiante a autora apresenta que no contexto brasileiro, o conceito de desenvolvimento sustentável também é usado de forma muito abrangente, englobando as dimensões econômica, ambiental, social e também a dimensão institucional, refletindo na escolha de indicadores que são usados no país.¹

¹ A autora ressalta que o conceito de desenvolvimento sustentável é variável, adaptando-se ao contexto e aos valores de cada sociedade. Com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ela explica que no Brasil, esse conceito é abrangente, contemplando as dimensões econômica, ambiental, social e institucional. Essa amplitude se reflete na escolha dos indicadores nacionais de desenvolvimento sustentável, os quais correspondem a tais dimensões e demonstram a complexidade e abrangência desse conceito no país.

O termo desenvolvimento sustentável como comumente o conhecemos hoje foi introduzido pela primeira vez na década de 1970 pela Organização das Nações Unidas (ONU), mais precisamente em 1972, durante a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo. Nesse período, havia uma ampla discussão sobre a importância da gestão ambiental e do uso da avaliação ambiental como uma ferramenta de gestão.

Além disso, o conceito de desenvolvimento sustentável enfrentou críticas, sendo considerado, por alguns, apenas uma expressão de impacto passageiro, semelhante ao que havia acontecido anteriormente com o conceito de "tecnologia apropriada," que foi amplamente discutido na mesma época.

Apenas em 1970 que o termo Desenvolvimento Sustentável, tal como habitualmente o acessamos, foi cunhado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). No Relatório Brundtland (1988, p. 46), também chamado Nosso Futuro Comum, o desenvolvimento sustentável foi definido por Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra da Noruega, como:

[...] um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforça o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações futuras [...] é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.

A definição clássica de desenvolvimento sustentável, conforme apresentada acima, destaca a importância da busca por atender às necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas. Na visão de Oliveira (2012), este modelo de apresentado pela CMMAD abrange tanto a busca pelo crescimento econômico com equidade na distribuição de renda, quanto a necessidade crucial de preservação dos recursos finitos do nosso planeta, juntamente com seus complexos ecossistemas.

Além disso, é ressaltado por Vasconcellos (2008, p. 29) que o desenvolvimento sustentável não se restringe apenas à preservação ambiental e ao crescimento econômico, mas também incorpora a busca por soluções para questões mais amplas, como o direito à cidadania para todos.

Nesse contexto, Tarrega e Perez (2007, p. 21) destaca que o desenvolvimento sustentável vai além do crescimento econômico e da proteção da natureza, apontando a equidade social e o bem-estar como seu terceiro pilar.

O desenvolvimento sustentável engloba mais que crescimento econômico e proteção ambiental, ele é calcado também na ideia de equidade social e bem-estar, que constitui o seu terceiro pilar. Já foi reconhecido que tanto a pobreza como a riqueza extremas pressionam o meio ambiente. Portanto, ao se falar em desenvolvimento sustentável,

deve-se considerar também o desenvolvimento social, afinal, é plenamente possível que o crescimento econômico coexista com a pobreza disseminada. Ademais, com o desenvolvimento social as pressões sobre o meio ambiente diminuem, na medida em que o uso sustentável dos recursos naturais auxilia a realização da equidade social.

É importante notar, que os autores ressaltam que são os extremos da pobreza ou da riqueza os responsáveis por exercer as pressões sobre o meio ambiente, reforçando ainda mais importância de considerar o desenvolvimento social.

Desta forma, fica evidente que o crescimento econômico deve coexistir com a redução da pobreza, e que o desenvolvimento social contribui para a diminuição das pressões sobre o meio ambiente por meio do uso sustentável dos recursos naturais.

Por isso, faz-se necessário compreender o desenvolvimento sustentável como um imperativo fundamental para a garantia de um futuro habitável e justo. Pois a medida que os desafios globais são enfrentados por meio do engajamento ativo de governos, empresas e indivíduos é possível construir um mundo onde o desenvolvimento seja verdadeiramente sustentável em todas as suas dimensões.

2.2 AGENDA 2030 DA ONU E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A sustentabilidade vem tornando-se cada vez mais presente no dia a dia da sociedade mundial, embora ainda não tenha alcançado o nível que possa nos garantir um futuro que seja próspero e sustentável. E é diante deste contexto que a Organização das Nações Unidas (ONU), instituiu a Agenda 2030. (Zorzo et al., 2022, p. 1).

A Agenda 2030 é um plano global, fruto da Assembleia Geral das Nações Unidas que foi realizada setembro de 2015 em Nova York, que contou com a participação de 193 estados membros, e onde estabeleceu-se os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) em prol de promover um mundo melhor para todos os povos e nações até 2030.

No decorrer do documento intitulado “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, no qual foram divulgados os ODS, nota-se que há uma acentuada preocupação para que a implementação dos ODS pelas nações seja uma jornada realizada de forma coletiva e que exista empenho na busca pela erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, principalmente a pobreza extrema, que é o maior desafio global e um quesito vital para que ocorra o desenvolvimento sustentável (ONU, 2020).

A agenda traz por meio de sua visão extremamente ambiciosa e um vultoso desejo de transformação uma lista de tarefas, uma declaração, e um quadro de resultados com os 17

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que possuem 169 metas associadas, integradas e indivisíveis, e que levam em conta o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Filho e Lauer (2021, p. 21), acrescentam que os objetivos devem ser compartilhados e indivisíveis, e nos mostram que devem ser tratados em todos os níveis de governo:

[...] todas as grandes questões mundiais devem ser compreendidas conjuntamente, não de forma isolada. É enraizada a ideia de que todos os Estados, governos, agências, bem como toda a sociedade civil e setores privados, devem ser responsabilizados para a efetiva superação dos problemas enfrentados por todo o globo. Dessa forma, a sustentabilidade assume a tarefa de mobilizar todos os atores nos esforços para atingir as metas.

Diante deste contexto Binda (2021, p. 2) nos mostra que no Brasil é possível notarmos a busca em apoiar a Agenda 2030 pois existe a busca em:

[...] incorporar e alinhar os 17 objetivos no contexto, realidade e cultura local do país, para obter de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: com base no crescimento econômico, inclusão social e proteção do meio ambiente.

Compreendemos assim que Objetivos do Desenvolvimento Sustentável procuram tratar de temas que são cruciais para o planeta e que devem ser da atenção também dos municípios, por trazerem visões para a construção de um futuro que seja melhor, mais justo e mais inclusivo para todos e que devem ser alcançados até 2030. Eles são um chamado global à erradicar a pobreza, preservar o meio ambiente e o clima, e assegurar que todas as pessoas, em todas as partes do mundo, possam vivenciar a paz e a prosperidade. Estes são os alvos para os quais as Nações Unidas estão trabalhando:

Figura 1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Organização das Nações Unidas.

Filho e Lauer (2021, p. 18) ressaltam ainda que ouve uma grande preocupação por parte

da ONU em mesclar os objetivos acima listados com as três dimensões do desenvolvimento sustentável: Ambiental, Econômica e Social. Bem como, buscou-se utilizar de cinco grandes áreas para tratar de forma equilibrada todos os desafios para a Agenda 2030 que são chamadas de cinco “Ps” e representam: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria.

Nardone (2023), destaca que a integração à Agenda 2030 e seus ODS apresenta inúmeras vantagens para o Brasil, um país com carências estruturais e de gestão governamental.² Ao passo que Santos (2019), nos apresenta que uma das dificuldades na implementação dos ODS reside na limitada capacidade técnica para compreender a Agenda 2030 e estabelecer conexões efetivas com os planejamentos municipais. Tal dificuldade reflete a necessidade urgente de avanços na atuação dos governos, especialmente no nível municipal, onde a qualidade dos serviços públicos é mais diretamente percebida pela população.

Esses avanços, quando reunidos e integrados de forma consistente, têm o potencial de gerar sinergias e benefícios em larga escala, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e para o atendimento mais eficaz das necessidades e carências da sociedade.

Portanto, na visão de Zorzo et al. (2022, p. 4) observamos que a agenda torna-se um baliza para o desenvolvimento sustentável de forma coletiva, ocasionando benefícios para as gerações atuais e também para as futuras.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

Na visão de Santos (2021, p. 30), o termo políticas públicas faz menção aos aspectos que são de interesse comum ao conjunto dos cidadãos que fazem parte de uma comunidade ou grupo. Nesta seara, Rosa (2021, p. 14, apud. Peters, 2015 e Saravia, 2006) acrescenta que as políticas públicas devem ser vistas como um agrupado de atividades que os governos empreendem com a finalidade de mudar sua economia e sociedade, envolvendo uma corrente de decisões públicas em função de manter o equilíbrio social ou incluir desequilíbrios destinados a modificar a realidade.

² De acordo com o autor, o Brasil é considerado um país carente de estrutura e gestão governamental devido a uma série de desafios que são enfrentados em diferentes áreas. As desigualdades sociais significativas, com disparidades de renda e acesso a serviços básicos, destacam a necessidade de políticas que promovam a equidade. O país enfrenta carências estruturais em áreas como saneamento básico, moradia e acesso à educação de qualidade, demandando investimentos e ações governamentais assertivas. Além disso, a corrupção persistente mina a eficiência e transparência da gestão pública, afetando a confiança da população nas instituições governamentais. Devido a estes desafios torna-se de grande importância a adoção de medidas que visem aprimorar a eficiência, transparência e equidade na administração pública, buscando superar as dificuldades estruturais e de gestão presentes no Brasil.

As políticas públicas desempenham um papel de suma importância na configuração e transformação das sociedades modernas, que surgem como estratégias governamentais e têm como objetivo abordar os desafios e necessidades da sociedade, buscando melhorar o bem-estar geral dos cidadãos, podendo elas ser criadas para o âmbito da educação, saúde, assistência social, agrícola, fiscal, etc.

A política pública nasce com a percepção de uma situação problemática e a motivação para resolvê-la. Essa compreensão pode surgir em diferentes áreas, como por exemplo na implementação de uma política de desenvolvimento, da recuperação de infraestrutura, necessidades e/ou deficiências de grupos de pessoas, entre outros. É importante realizar uma análise estrutural do problema encontrado, identificar o grupo ou parte da população mais afetada, assim como sua distribuição nas áreas geográficas do Estado, e ir em busca das possibilidades de intervenção.

As políticas públicas são estratégias, planos e ações adotadas pelo governo ou uma autoridade pública para abordar problemas ou desafios específicos na sociedade. Essas políticas podem abrir uma ampla variedade de áreas, como saúde, educação, segurança, meio ambiente, economia, infraestrutura, igualdade de gênero, dentre outras (Tude, Ferro e Santana, 2015, p. 11). O principal objetivo das políticas públicas é melhorar o bem-estar geral da população e promover o desenvolvimento sustentável de uma sociedade.

O processo de formulação de políticas públicas é um ciclo contínuo que apresenta várias etapas. Em primeiro lugar, são identificados e analisados os problemas ou desafios existentes na sociedade por meio de investigações, dados estatísticos e consulta a especialistas. Na continuação, são formuladas as propostas de políticas que incluem objetivos claros, estratégias e ações específicas.

Uma vez formuladas, essas propostas passam por um processo de tomada de decisões, onde os responsáveis políticos consideram fatores políticos, econômicos, sociais e éticos. Após a aprovação, começa a implementação, que implica na atribuição de recursos, na criação de estruturas organizacionais e na execução das ações planejadas.

As políticas públicas têm um impacto profundo na sociedade em diversos níveis. No âmbito econômico, as políticas de inversão e regulação podem influenciar no crescimento econômico, na geração de empregos e na distribuição da riqueza. No âmbito social, as políticas educativas e de saúde podem melhorar a qualidade de vida da população e reduzir as desigualdades.

Além disso, as políticas públicas podem ter efeitos políticos, moldando a relação entre

o governo e os cidadãos, e afetando a participação cidadã e a confiança nas instituições governamentais. Também tem implicações ambientais para determinar como se gerenciam os recursos naturais e se abordam os problemas relacionados com o câmbio climático.

2.4 PLANO PLURIANUAL (PPA)

O Artigo 165 da Constituição Federal do Brasil de 1988, define três instrumentos governamentais para a gestão do orçamento no setor público, sendo eles: a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária anual (LOA) e a Lei do Plano Plurianual (PPA). Em conjunto, essas leis promovem a coerência entre o planejamento de longo prazo, as prioridades governamentais e a execução orçamentária, contribuindo para a eficácia da gestão pública.

De acordo com o pensamento de Santos (2021, p. 15), o Plano Plurianual ou PPA deve ser compreendido como:

[...] a lei orçamentária que define as ações de governo para um período igual ao do mandato presidencial (atualmente, quatro anos) e evidencia, em quadros demonstrativos, quais serão os programas de trabalho a serem implementados pelos gestores públicos durante esse período.

Assim, no PPA devem ser incluídos os projetos, programas e ações que visam atingir os objetivos estratégicos propostos pelo governo explicitando os recursos orçamentários e não orçamentários, que serão alocados nos diversos programas e ações nos variados setores, desde a saúde e educação até a infraestrutura e o desenvolvimento econômico. No tocante a isto, Ferreira Filho (2016, p. 2) explica que é função do PPA estabelecer:

[...] as medidas, gastos e objetivos a serem seguidos pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal ao longo de um período de quatro anos. O PPA não avalia simplesmente o orçamento, importante frisar. Ele busca elencar as prioridades de cada região, que podem ser viabilizadas por meio de outros recursos, como repasses de outras esferas de governo ou até captações internacionais.

Nesta seara, Santos (2021, p. 15) irá destacar que, não se trata apenas de propor programas ou ações a serem concretizadas em um determinado intervalo de tempo, mas refere-se a constituir um plano de ação que deverá partir do planejamento estratégico que:

[...] discrimine os **objetivos de governo** a serem perseguidos durante o mandato do chefe do poder executivo, estabeleça os **programas setoriais** a serem implementados e defina as **fontes de financiamento** e as metodologias de elaboração, gestão, avaliação e revisão dos programas. O plano abrange, inclusive, as ações não orçamentárias que contribuem para os objetivos dos programas.

Faz-se necessário evidenciar que, ao delinear estes programas, projetos e ações específicos para alcançar essas metas, o PPA oferece uma abordagem integrada que visa impactar positivamente a sociedade por meio da oferta de bens ou serviços para atendimento

direto a demandas originadas a partir dela.

A implementação do PPA é acompanhada por processos contínuos de monitoramento e avaliação, permitindo ajustes conforme for necessário. Essa flexibilidade é crucial para lidar com mudanças inesperadas no cenário político, econômico ou social, garantindo que as políticas públicas permaneçam eficazes ao longo do tempo.

Logo, deve-se compreender que o PPA não é apenas um instrumento estático de planejamento, mas um processo dinâmico que visa proporcionar as soluções eficazes e alinhadas com as reais necessidades da sociedade, promovendo o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente, esta pesquisa se caracteriza como exploratória pois foi utilizado um misto de procedimentos, como a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental para que fosse possível alcançar os resultados esperados. De acordo com Gil (2000, p. 41), a pesquisa exploratória possui o objetivo de:

[...] proporcionar maior familiaridade com problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

A pesquisa bibliográfica é definida por Souza, Oliveira e Alves (2021, p. 66) como:

[...] o levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico o que necessita uma dedicação, estudo e análise pelo pesquisador que irá executar o trabalho científico e tem como objetivo reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho científico.

Diante disto, a pesquisa bibliográfica ocorreu com base na coleta de artigos científicos por meio das palavras chaves "desenvolvimento sustentável" e "objetivos de desenvolvimento sustentável", no periódico Spell tendo como limitação artigos científicos publicados no período de 2018 a 2022. A pesquisa retornou o total de 73 artigos, dos quais constatou-se que 31 não relacionavam com o tema deste trabalho, os quais foram excluídos da análise.

Marconi e Lakatos (2003, p. 174) definem que a principal característica da pesquisa documental é:

[...] que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois.

Assim, a pesquisa documental se deu por meio da análise de documentos oficiais expedidos pela Prefeitura da cidade do Recife, como o PPA 2022-2025, leis, decretos, relatórios

e outras informações relevantes relacionadas aos ODS e às políticas públicas municipais do Recife.

A seguir, procedeu-se com as análises qualitativas do conteúdo de cada artigo e dos documentos encontrados nos sites da prefeitura com o intuito de identificar as principais contribuições que apresentadas pelos autores, referente ao tema abordado ao tema deste trabalho com o fim de atingir os resultados propostos em seus objetivos.

Além disso, foi analisado o Planejamento Plurianual 2022-2025 da cidade do Recife em busca de informações que permitissem identificar as Políticas Públicas que foram elaboradas a partir dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Ressalte-se, que os dados foram colhidos sem a aplicação de instrumentos de precisão matemática ou estatística, sendo analisados de maneira crítica, segundo o esforço intelectual de análise por parte dos autores.

Desse modo, a estrutura deste trabalho contempla a concretização do arcabouço metodológico explicado, estando o seu desenvolvimento constituído em três capítulos bem definidos, sendo o primeiro capítulo dedicado ao estudo do referencial teórico, o segundo capítulo voltado ao avanço da coleta de dados, por fim, no terceiro capítulo contempla-se a apresentação e discussão dos resultados, conforme a seguir.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

As políticas públicas têm o objetivo de melhorar o bem-estar geral da população e promover o desenvolvimento sustentável de uma sociedade, e para isto o PPA desempenha um papel importante pois, ele define as ações de governo e indica quais serão os programas de trabalho a serem executados pelos gestores públicos durante determinado período (Santos, 2021, p. 15).

O planejamento do Recife para o período de 2021 a 2025 foi elaborado tendo a sua estrutura dividida em dois volumes, onde o volume I recebe o nome de "PPA 2022-2025 - Prioridades das Políticas Públicas", pois inclui as revisões e adições às orientações e um resumo dos principais programas, projetos e ações definidos para o período e o volume II é chamado de "PPA 2022-2025 - Detalhamento da Programação", e é constituído por uma série de relatórios organizados por eixo estratégico, de acordo com a estrutura programática dos órgãos (Recife, 2021, p. 11).

No volume I do planejamento observa-se a existência de quatro grandes dimensões estratégicas, que foram denominadas de: “Viver Bem”, “Viver as Oportunidades”, “Viver a

Cidade” e “Gestão Integrada e Digital”. E é a partir delas que a administração municipal busca obter resultados efetivos para alcançar no período de quatro anos uma cidade com mais igualdade de oportunidades para a população viver melhor.

É a partir destas quatro dimensões estratégicas que se subdividem em 4 eixos estratégicos pelos quais a gestão municipal visa assegurar que os 17 ODS estejam incorporados de forma efetiva no planejamento das políticas municipais, visando o progresso da cidade e que ela se torne cada vez mais receptiva, aberta à diversidade, ecologicamente consciente, pioneira, conservada e unificada (Recife, 2021, p. 22).

Na tabela a seguir, são apresentadas as dimensões estratégicas, com os seus eixos e os ODS que se esperam alcançar a partir dos programas presentes no PPA:

Tabela 1: ODS e a formulação de políticas públicas municipais

Dimensão	Eixo	Objetivo Estratégico	ODS correspondentes
Viver Bem	Educação	Ampliar o acesso e promover a melhoria da qualidade da educação	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 16
	Segurança Cidadã	Prevenir a violência com a promoção da cultura de paz	1, 3, 4, 5, 10, 16
	Saúde	Assegurar a atenção humanizada, a qualidade e a expansão dos serviços de saúde	1, 2, 3, 4, 5, 6, 10, 11, 12
	Desenvolvimento Social	Enfrentar as desigualdades com a geração de oportunidades, garantia de direitos e proteção social	1, 2, 3, 5, 8, 10, 11
Viver as Oportunidades	Meio Ambiente e Sustentabilidade	Fomentar o desenvolvimento sustentável aliado à preservação natural e à proteção animal	2, 3, 4, 6, 7, 11, 12, 13, 14, 15
	Desenvolvimento Econômico	Gerar oportunidades com estímulos ao ambiente de negócios e à qualificação profissional	1, 2, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 17
Viver a Cidade	Desenvolvimento Urbano	Melhorar a infraestrutura urbana, priorizando a mobilidade ativa e as condições de habitabilidade	6, 7, 9, 11, 12, 13
	Cultura e Bem-estar	Descentralizar e democratizar os acessos à cultura, ao lazer e aos esportes	3, 4, 8, 10, 11
Gestão Integrada e Digital	Gestão e Governança	Ampliar a capacidade de entregas e a qualidade dos serviços com o modelo de gestão integrado e digital	5, 8, 17
	Capital Humano	Potencializar o ambiente organizacional com a valorização e a qualificação do servidor	4, 5, 12, 17
	Transformação Digital	Agilizar serviços públicos com governança digital e foco no atendimento ao cidadão	5, 8, 9, 12, 17
	Participação	Promover a cidadania ativa,	5, 11

da transformação digital e a expansão do teleatendimento em saúde (ODS 9); promover a saúde e reduzir a morbimortalidade da população trabalhadora (ODS 12);

No contexto do Desenvolvimento Social, a proposta é transformar a cidade em um espaço solidário, plural, inclusivo e menos desigual, promovendo uma sociedade isenta de preconceitos ou discriminação de qualquer natureza. Destacam-se ações que buscam apoiar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade (ODS 1 e ODS 10); promover e garantir o acesso à alimentação adequada e segurança alimentar e nutricional (ODS 2 e ODS 3); fortalecer a política municipal dos direitos das mulheres, por meio da realização de eventos, conferências e apoio a entidades atuantes na área (ODS 5 e ODS 10); implementar iniciativas de apoio e gerenciar recursos relacionados à política municipal de trabalho, emprego e renda, oferecendo orientações, cursos e capacitações para a busca de emprego (ODS 5 e ODS 8); e fortalecer a rede de acolhimento e atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade no contexto urbano (ODS 1 e ODS 11).

No âmbito do Meio Ambiente e Sustentabilidade, o principal objetivo é a promoção do desenvolvimento sustentável em conjunto com a preservação ambiental e o cuidado com os animais (ODS 11, ODS 12, ODS 14 e ODS 15). Além disso, promover e disseminar iniciativas para o desenvolvimento de uma cidade sustentável, com ênfase na prevenção e enfrentamento dos impactos das mudanças climáticas, visando cultivar a cultura da conscientização ambiental entre os cidadãos (ODS 4, ODS 7, ODS 11, ODS 12 e ODS 13), bem como assegurar a proteção dos recursos hídricos e o acesso ao saneamento básico para a população (ODS 6). Adicionalmente, fortalecer o controle social da gestão ambiental do município e apoiar as atividades do Conselho Municipal do Meio Ambiente favorecendo a existência de ações conjuntas de diversos setores (ODS 2 e ODS 3).

Na perspectiva do Desenvolvimento Econômico, a preocupação do governo municipal é de estimular o ambiente de negócios e promover a qualificação profissional com a finalidade de gerar novas oportunidades de trabalho. Destacam-se ações voltadas para impulsionar o empreendedorismo e economia popular e solidária, incentivando principalmente as atividades voltadas a produção sustentável (ODS 1, ODS 2, ODS 8 e ODS 12). Além disso, são propostas parcerias com empresas do setor privado e universidades com a finalidade de fomentar a inovação científica e tecnológica, bem como a adoção de novas tecnologias no setor privado e no sistema produtivo empresarial (ODS 9, ODS 11 e ODS 17). O apoio à qualificação profissional também tende a ser promovido para impulsionar o comércio popular, visando a geração de renda, emprego e o fortalecimento da cidadania, reduzindo as desigualdades (ODS

1, ODS 4, ODS 5 e ODS 10).

No contexto do Desenvolvimento Urbano, propõe-se a integração coordenada do uso e ocupação do solo, mobilidade ativa, transporte público e saneamento. Destacam-se ações voltadas para a construção de estradas, sistemas de drenagem, aprimoramentos sanitários, recuperação e ampliação de redes de esgoto (ODS 6, ODS 11 e ODS 13). Busca-se fomentar e apoiar a implementação, expansão e aprimoramento dos sistemas de mobilidade urbana, utilizando abordagens acessíveis (ODS 9, ODS 11 e ODS 12). Além disso, visa-se preservar, otimizar e garantir a manutenção do sistema de iluminação pública na cidade do Recife, especialmente em áreas periféricas, com o intuito de assegurar a segurança no deslocamento dos cidadãos em diversas regiões da cidade, em consonância com os (ODS 7 e ODS 11).

Em relação a Cultura e Bem-estar, o foco principal é promover a descentralização e democratização do acesso à cultura, lazer e esportes. Isso envolve o desenvolvimento, manutenção e aprimoramento de espaços e instalações destinados à prática de atividades físicas e esportivas em áreas com índices significativos de vulnerabilidade social (ODS 3, ODS 11). Além disso, busca-se estimular a participação em atividades esportivas por meio da elaboração e implementação de programas abrangentes de esporte e lazer, incluindo a aquisição de materiais e equipamentos necessários, com políticas inclusivas voltadas para pessoas com deficiência (ODS 10). Também é prioridade apoiar eventos culturais, festivais e iniciativas que visem a disseminação da cultura, destacando e valorizando os talentos locais, assim como as instituições e profissionais envolvidos nesse setor (ODS 4, ODS 8 e ODS 11).

Em relação ao eixo de Gestão e Governança, busca-se a concretização dos ODS 5, 8 e 17 por meio da melhoria da eficiência operacional e da excelência na prestação de serviços, através da implementação de um modelo de gestão integrado e digital. A disseminação da cultura do planejamento em todos os órgãos da Prefeitura visa fomentar uma gestão mais inclusiva, contribuindo para a promoção da igualdade de gênero. Esse alinhamento é fundamental para assegurar que as políticas e práticas municipais sejam sensíveis às questões de gênero. A busca pelo aprimoramento de parcerias público-privadas e a gestão integrada dos serviços refletem o compromisso com o desenvolvimento sustentável, contribuindo para o crescimento econômico e a promoção de empregos decentes. Além disso, visa garantir um serviço público de qualidade para todos os cidadãos e assegurar a realização efetiva das ações listadas nos demais eixos.

No âmbito do Capital Humano, almeja-se fortalecer o ambiente de trabalho por meio do reconhecimento e do aprimoramento das competências dos servidores. Destacam-se ações

cruciais, como a qualificação do corpo técnico e a valorização dos colaboradores, promovendo a formação e o desenvolvimento de lideranças (ODS 4 e ODS 5). A realização de concursos públicos, atendendo às necessidades de contratação e fortalecendo o quadro de servidores da administração municipal, reflete o compromisso com práticas de gestão transparentes e responsáveis, em consonância com os princípios de eficiência na administração dos recursos humanos (ODS 12 e ODS 17).

No contexto da Transformação Digital, almeja-se acelerar a oferta de serviços públicos mediante a introdução de governança digital, com foco primordial no aprimoramento do atendimento ao cidadão. Com o intuito de ampliar e modernizar o ambiente tecnológico, bem como aperfeiçoar e manter os sistemas de tecnologia da informação e comunicação (ODS 9 e ODS 12), propõe-se a implementação e manutenção da governança corporativa e de tecnologia da informação, além da gestão da infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação, buscando soluções contínuas para a melhoria dos sistemas (ODS 5, ODS 8, ODS 9, ODS 12 e ODS 17).

Na esfera da Participação Cidadã, espera-se fomentar um modelo de gestão que fortaleça a ativa participação dos cidadãos e reconheça a influência da sociedade civil nas decisões do governo municipal. Busca-se desenvolver canais eficazes para estimular a participação popular na administração municipal e garantir a transparência das informações e ações da gestão por meio de iniciativas como o Programa Todos pelo Recife, o Portal Participativo, a Ouvidoria do Município, entre outras (ODS 5 e ODS 11).

Desta forma, a análise dos dados extraídos do Plano Plurianual revela que a gestão municipal busca por meio de diversos objetivos e metas abrangentes abordar diversas várias áreas-chave do governo. Assim, o PPA 2022-2025 do município reflete o compromisso de seus gestores com temáticas importantes para o bem-comum dos cidadão ao mesmo passo que visam proporcionar melhorias significativas que irão refletir não apenas na atualidade como também nas gerações futuras.

Ao realizar a correspondência entre os ODS e os Objetivos Estratégicos, observamos que os programas e ações contidos no PPA estão alinhados com a Agenda 2030 da ONU, isso significa que as metas e ações definidas nos Objetivos Estratégicos do PPA visam contribuir para o alcance dos ODS. Principalmente por abordarem questões que são fundamentais, como a erradicação da pobreza, a educação de qualidade, a saúde, a igualdade de gênero, a redução das desigualdades, o desenvolvimento sustentável, entre outros.

Além disso, essa conexão fortalece ainda mais a importância da existência de

cooperação entre os níveis local e global, destacando que as ações em âmbitos municipais e regionais desempenham um papel crucial na realização dos ODS em todo o mundo (ONU, 2016, p. 15). Portanto, a correspondência entre os ODS e os Objetivos Estratégicos reflete um compromisso em promover o desenvolvimento sustentável e contribuir para um futuro mais inclusivo, justo e ambientalmente responsável.

5 CONCLUSÕES

Os resultados obtidos evidenciam a existência de uma notável preocupação por parte da Prefeitura do Recife em integrar de forma significativa os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na formulação das suas políticas públicas. A análise dos documentos oficiais, como o Planejamento Plurianual (PPA) 2022-2025, revela que a administração municipal está empenhada em alinhar suas ações e estratégias aos ODS estabelecidos pela Agenda 2030 da ONU.

Através da pesquisa bibliográfica e análise de documentos, identificou-se que a incorporação dos ODS no planejamento municipal tem como objetivo central contribuir para o avanço da sustentabilidade e para o bem-estar socioeconômico da população recifense. Essa abordagem reflete uma compreensão mais ampla da responsabilidade da gestão pública em promover o desenvolvimento equilibrado, considerando não apenas aspectos econômicos, mas também sociais e ambientais.

Além disso, a análise qualitativa dos conteúdos dos documentos revela que a Prefeitura do Recife está empenhada em articular esforços interdisciplinares e colaborativos para a implementação dos ODS. Essa abordagem multidisciplinar busca abranger as diversas dimensões das políticas públicas, promovendo a convergência entre diferentes áreas como educação, saúde, meio ambiente, entre outras.

Em cada um dos eixos específicos, a abordagem do governo municipal reflete um compromisso concreto com a incorporação e o alinhamento das ações locais à agenda global de desenvolvimento sustentável. Esse comprometimento se manifesta através de iniciativas estratégicas que visam atender às metas e objetivos delineados nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovendo uma gestão integrada e orientada para o bem-estar coletivo.

Assim, a correspondência entre os Objetivos Estratégicos do PPA e os ODS demonstra um compromisso palpável com o desenvolvimento sustentável, refletindo uma abordagem

holística que visa impactar positivamente não apenas o presente, mas também as gerações futuras. Essa conexão reforça a importância que ocorra a cooperação entre os níveis local e global para o alcance das metas da Agenda 2030, destacando o papel essencial das ações em âmbitos municipais para que seja possível a realização dos ODS em escala global.

No entanto, apesar dos esforços em direção à incorporação dos ODS, a pesquisa também destaca a importância da existência de um acompanhamento rigoroso e um processo de avaliação constante da efetividade das políticas públicas implementadas. A busca por estes indicadores de monitoramento e avaliação das ações é fundamental para que seja possível verificar o impacto real dessas medidas no desenvolvimento sustentável do município.

Em síntese, os resultados obtidos nesta pesquisa indicam que a Prefeitura do Recife está atenta à relevância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, buscando ativamente sua integração nas políticas públicas municipais. Essa abordagem alinhada com a Agenda 2030 da ONU evidencia o comprometimento da administração municipal em promover um desenvolvimento mais equitativo, inclusivo e sustentável, embora a constante avaliação e ajustes sejam necessários para alcançar resultados efetivos ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

- BINDA, T. E. L. T. Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) como política pública: estudo de caso do município de Serra - ES. Instituto Federal do Espírito Santo, Santa Teresa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/842>. Acesso em 22 jun. 2023.
- CRUZ, F. N. Gestão da Sustentabilidade e Gestão de Projetos: caminhos para integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na política das organizações. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, [S. l.], v. 9, n. 3, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/trigs/article/view/35191>. Acesso em: 5 jul. 2023.
- FERREIRA FILHO, W. R. A Importância do Plano Plurianual Participativo na Gestão Pública. **Revista Controle - Doutrina e Artigos**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 147–164, 2016. DOI: 10.32586/rcda.v12i2.106. Disponível em: <https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/106>. Acesso em: 7 dez. 2023.
- FILHO, N. A.; LAUAR, A. S. S. Desenvolvimento sustentável e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: Processos distintos e interesses convergentes. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 6, n. 2, 12 fev. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rppi/issue/view/2726/598>. Acesso em: 7 dez. 2023.
- GUTIERREZ, M. B. G. P. S. O Desenvolvimento sustentável: a necessidade de um marco de governança adequado. **Boletim de Análise Político-Institucional (IPEA)**, n. 4, out., 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5919>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

NARDONE, J. P. A Assimilação dos ODS, da Agenda 2030, pelos Municípios Brasileiros. **Cadernos**, [S.l.], v. 1, n. 11, p. 107-128, ago. 2023. ISSN 2595-2412. Disponível em: <<https://www.tce.sp.gov.br/epcp/cadernos/index.php/CM/article/view/253>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

OLIVEIRA, N. C. Desenvolvimento, sustentabilidade e relações internacionais: uma análise dos indicadores de desenvolvimento sustentável e sua aplicação ao caso brasileiro. 2012. 173 f. Dissertação (Mestrado em Política Internacional) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ONU. Organização das Nações Unidas. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em 23 jun. 23.

RECIFE. Prefeitura da Cidade do Recife. **Plano Plurianual 2022 - 2025**. Recife - PE, PCR: 2021.

Relatório Brundtland, também chamado Nosso Futuro Comum (Our Common Future) é o documento final da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, promovida pela ONU, nos anos 80 e chefiada pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf> Acesso em: 29 set. 2023.

RÉUS, I.; ANDION, C. Gestão Municipal e Desenvolvimento Sustentável: panorama dos indicadores de sustentabilidade nos municípios catarinenses. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 16, n. 45, p. 97-117, 2018. DOI: 10.21527/2237-6453.2018.45.97-117. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/6177>. Acesso em: 17 ago. 2023.

ROSA, J. G. L.; LIMA, L. L.; AGUIAR, R. B. **Políticas públicas: introdução** [recurso eletrônico] /. Porto Alegre: Jacarta, 2021. 95 p.; il. color.

SANTOS, M. T. Integração dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos instrumentos de planejamento municipal do território do Marajó-PA. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4430>. Acesso em 23 jan. 2024.

SANTOS, R. C. L. F. **Orçamento público**. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2021. 74 p.: il.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. A Pesquisa Bibliográfica: Princípios E Fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, Minas Gerais, v. 20, n. 43, pp. 64-83, 2021. Disponível

em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: 29 jul. 2022.

TÁRREGA, M. C. V. B.; PÉREZ, L. A. A tutela jurídica da biodiversidade: a influência da convenção sobre diversidade biológica no sistema internacional de patentes. *In*: TÁRREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco (coordenadora). **Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: RCS Editora, 2007. p. 29-30.

TUDE, J. M.; FERRO, D.; SANTANA, F. P. **Gestão de Políticas Públicas**. - 1. ed. - Curitiba, PR: IESDE BRASIL S/A., 2015.

VASCONCELLOS, E. S. Abordagem de questões socioambientais por meio de tema CTS: análise de prática pedagógica no ensino médio de química e proposição de atividades. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências) - Universidade de Brasília. Brasília. 2008.

ZORZO, F. B.; LAZZARI, F.; SEVERO, E. A; GUIMARÃES, J. C. F. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AGENDA 2030: UMA ANÁLISE DOS INDICADORES BRASILEIROS. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 160–182, 2022. DOI: 10.25112/rgd.v19i2.3114. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/3114>. Acesso em: 28 jul. 2023.